

ORIENTAÇÕES COMPLEMENTARES PARA A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA REDE ESTADUAL DE ENSINO

A avaliação da aprendizagem existe propriamente para garantir a qualidade da aprendizagem do aluno. Ela tem a função de possibilitar *uma qualificação da aprendizagem do educando*. Observar bem que estamos falando de *qualificação* do educando e não de *classificação*. (LUCKESI, 1999, p.66)

1 – INTRODUÇÃO

A Secretaria de Estado da Educação, na busca da qualidade da aprendizagem do estudante, realizou uma série de ações como debates, reuniões, cursos de formação e web-conferência com o objetivo de efetivar a implementação do processo de avaliação contínua e formativa.

A partir da regulamentação da Resolução Nº 183/13/CEE ocorreram estudos e debates nas escolas da Rede Estadual de Ensino. A SED, procurando manter um canal aberto e participativo com todos os segmentos da rede, encaminhou documentos nos módulos da formação de gestores: (módulo 3 de 2016 sobre orientações a respeito do Conselho de Classe Participativo) e (módulo 1 de 2017 sobre avaliação). Paralelamente a isso, promoveu a discussão com os tutores no curso presencial de formação em Gestão Escolar e no curso de formação continuada de fevereiro de 2017, nas escolas da Rede, todos os professores foram envolvidos nas discussões sobre planejamento e avaliação.

Seguido a estas ações, a SED regulamentou a implementação da sistemática de avaliação do processo de ensino-aprendizagem, na rede pública estadual de ensino, por meio da Portaria 189/17, e do documento “Orientações da avaliação da aprendizagem”. Para que toda a rede tomasse ciência sobre os referidos documentos, realizou-se uma Web conferência com diretores e ATP’s de todas as GERED’s e Coordenadoria.

Para a efetivação dessas orientações acerca da temática avaliação, realizaram-se estudo e discussão no curso de formação dos tutores da Gestão Escolar, que propagaram aos gestores. Realizou-se, também, formação presencial em 23 GERED’s com a participação de diretores, ATP’s e alguns professores. Efetivou-se melhoria do Sistema Professor on-line, incluindo a diversificação de instrumentos de avaliação e também da liberação do número

de registros de avaliações diárias, conforme solicitação dos professores, nestas reuniões.

Discutiu-se o tema no Curso do Ensino Médio Inovador (EMI) nos 05 polos realizados, envolvendo 800 professores e no curso do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP), que oferecem o novo curso de informática, na Rede Estadual, num total de 70 educadores.

A SED, objetivando aprimorar o processo de ensino-aprendizagem acompanhou a nova política implantada, elaborando análise comparativa entre o 1º bimestre de 2016 e o 1º bimestre de 2017 e enviou às GERED's e Coordenadoria para discussão com as escolas.

No início de julho, ocorreu reunião técnica com os Supervisores de Gestão da Rede das GERED's e Coordenadoria, sobre a temática da avaliação. Estes foram preparados para orientar a equipe pedagógica da escola que trabalharia com os professores no curso de formação de julho de 2017. Esta formação, realizada em cada unidade escolar, além de tratar da avaliação focou nos resultados do 1º semestre e na definição de ações para melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Outra análise comparativa foi feita a partir dos resultados entre o 1º e o 2º bimestre de 2017. Para discussão desses dados, realizaram-se reuniões entre a SED/DIGR com a gerente da Coordenadoria da Grande Florianópolis e Diretores do IEE.

Os dados sobre avaliação também foram pauta de capacitação com os Tutores no curso de gestores, nos dias 04 e 05 de agosto, bem como a elaboração de plano de ações junto aos gestores das escolas e o encaminhamento de sugestões a serem adotadas.

A SED convidou representantes dos Professores (um por GERED), Gestores Escolares (um por GERED) e Supervisores de Gestão da Rede de todas as GERED's e Coordenadoria, para reunião técnica realizada nos dias 17 e 18 de outubro, em Florianópolis, com objetivo de discutir a nova sistemática de avaliação da aprendizagem, identificar pontos de atenção e produzir de forma democrática encaminhamentos para melhoria da nova sistemática de avaliação da rede estadual de ensino. Nesse encontro houve intensa discussão do processo de avaliação da aprendizagem nas escolas da rede.

O texto, a seguir, é fruto das discussões coletivas dos participantes desse encontro que trataram de Avaliação, ações e encaminhamentos para o 4º

bimestre, Conselho de Classe e Critérios Avaliativos e Operacionalização no sistema professor on-line.

2 - AVALIAÇÃO

[...] a avaliação é um constante olhar crítico sobre o que se está fazendo. Esse olhar possibilita que se decida sobre os modos de como melhorar a construção do projeto no qual estamos trabalhando. Aqui, a avaliação contribui para identificar impasses e encontrar caminhos para superá-los; ela subsidia o acréscimo de soluções alternativas, se necessárias, para um determinado percurso de ação etc. (LUCKESI,1999,p.117)

No processo de avaliação, devemos levar em consideração o percurso formativo do sujeito. Para tanto, é imprescindível ter claros e explícitos os objetivos de aprendizagem e recomendável que o estudante seja reavaliado em qualquer tempo do percurso, contemplando os conceitos dos quais não se apropriou.

De acordo o Art. 5º da Resolução Nº 183/13 CEE, temos:

Art. 5º A verificação do rendimento escolar basear-se-á em avaliação contínua e cumulativa, a ser expressa em notas, conceito descritivo ou outra espécie de menção constante no Projeto Político Pedagógico, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos [...]

Assim, todo o processo de aprendizagem do educando deve ser considerado, observando, **inclusive, os avanços em relação aos seus estágios anteriores de aprendizagem**. Para contribuir com esta perspectiva de conceber a avaliação, Luckesi apresenta a seguinte descrição:

[...] a avaliação deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista *tomar decisões* suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem. (LUCKESI, 1999, p.81)

Esta avaliação diagnóstica, contínua e inclusiva é permeada pelo fazer coletivo que se materializa principalmente, no conselho de classe.

3 - AÇÕES E ENCAMINHAMENTOS PARA A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM PARA O 4º BIMESTRE

- Mapear, no âmbito da escola, as disciplinas com maior incidência de reprovação para a elaboração de ações coletivas e individuais, considerando o percurso formativo do estudante e as necessidades de registros no sistema realizando, também, adequações na fórmula de cálculo da média. Este processo deve ter a ciência da família;
- Fortalecer a ação democrática do conselho de classe, resgatando suas funções deliberativa e pedagógica, comprometendo todos os membros com os resultados do processo;
- Convocação do conselho de classe extraordinário conforme a art. 19 da Resolução Nº183/13 do CEE.

3.1 – Conselho de classe e critérios avaliativos

O Conselho de Classe é um espaço de reflexão em que a comunidade escolar discute e propõe ações pedagógicas eficazes, a fim de resolver as necessidades e as dificuldades mencionadas no processo de ensino aprendizagem dos alunos. Nesse sentido, Libâneo define Conselho de Classe como:

(...) Um órgão colegiado composto pelos professores da classe, por representantes dos alunos e em alguns casos, dos pais. É a instância que permite acompanhamento dos alunos, visando um conhecimento mais minucioso da turma e de cada um e análise do desempenho do professor com base nos resultados alcançados. Tem a responsabilidade de formular propostas referentes à ação educativa, facilitar e ampliar as ações mútuas entre professores, pais e alunos, e incentivar projetos de investigação. (LIBÂNEO 2004, p.303)

Segundo Dalben (2004) o Conselho de Classe tem como característica a participação direta, efetiva e envolvida dos profissionais que atuam no processo pedagógico, que a sua organização é interdisciplinar e tem como foco principal de trabalho a avaliação de desempenho das turmas e alunos.

De acordo com a Resolução Nº 183/13 do CEE:

Art. 16 O Conselho de Classe é instância deliberativa integrante da estrutura dos estabelecimentos de ensino e tem sob sua responsabilidade:

I - a avaliação do processo ensino-aprendizagem desenvolvido pelo estabelecimento de ensino e a proposição de ações para a sua melhoria;

II - a avaliação da prática docente, no que se refere à metodologia, aos conteúdos programáticos e à totalidade das atividades pedagógicas realizadas;

III - a avaliação dos envolvidos no trabalho educativo e a proposição de ações para a superação das dificuldades;

- IV - a definição de critérios para a avaliação e sua revisão, quando necessária;
- V - apreciar, em caráter deliberativo, os resultados das avaliações dos alunos apresentados individualmente pelos professores;
- VI - decidir pela promoção ou retenção dos alunos.

Neste sentido, é imprescindível o conselho de classe considerar o percurso formativo do estudante, bem como a prática docente e o envolvimento da equipe gestora e pedagógica, pois não se concebe avaliação somente como um fim classificatório entre aprovados e reprovados.

Reitera-se que cabe ao Conselho de Classe a decisão final a respeito da avaliação da aprendizagem e rendimento global do estudante e de todo o processo educacional. Deste modo, cabe um olhar atento no que tange ao 4º Bimestre, considerando-o como conclusão do percurso letivo.

Buscando orientar de forma prática como se constituem os aspectos qualitativos para a avaliação e reavaliação, sugere-se que o Conselho de Classe com base no PPP da escola discuta, pondere e defina critérios, objetivando uma reflexão acerca da aprendizagem e do desenvolvimento do estudante. Neste sentido, reforça-se a ideia de que a escola não deve restringir a avaliação final do estudante às questões disciplinares e comportamentais.

Abaixo, foram relacionados alguns critérios que podem auxiliar o Conselho de Classe neste processo:

- Avanço em relação à apropriação de conceitos durante o ano letivo.
- Considerar o progresso qualitativo durante o percurso formativo do estudante.
- Colaboração nos diversos espaços pedagógicos (saídas de campo, biblioteca, ginásio escolar, laboratório, etc), de forma construtiva.
- Capacidade de estabelecer relações entre os conhecimentos cotidianos e científicos.
- Autonomia na realização das diversas atividades escolares.
- Demonstração de pró-atividade e iniciativas de protagonismo juvenil.
- Participação nos processos de discussão e reflexão crítica em sala de aula.

- Participação nos trabalhos desenvolvidos em grupo e interação com os colegas.
- Envolvimento nas atividades interdisciplinares.
- Capacidade de autoavaliação em relação ao seu percurso formativo.
- Observação do histórico do estudante considerando distorção idade/ano/série.
- Evitar reprovação em uma só disciplina.
- Não restringir a avaliação aos aspectos comportamentais e disciplinares.
- Estudantes repetentes do ano letivo anterior, não poderão ser reprovados em disciplinas que já lograram êxito, conforme legislação em vigor.

Cabe lembrar que não é necessário que todos os critérios definidos pelo Conselho de Classe sejam contemplados na avaliação final do estudante.

É imprescindível que os professores lembrem os estudantes da importância do Conselho de Classe, enquanto instância deliberativa sobre a avaliação final. Assim, assegura-se aos estudantes que todo o seu percurso formativo será considerado e, não somente, os resultados quantitativos obtidos nos bimestres. Isso se constitui, também, como recurso pedagógico para motivar o aluno que já se considera reprovado.

3.2 – Operacionalização no sistema professor on-line

No sistema professor on-line, há a possibilidade de reavaliação do percurso formativo do estudante. Esta reavaliação, no entanto, deve levar em consideração as orientações contidas neste documento.

Ao final de cada um dos três primeiros bimestres, o professor, reunido no conselho de classe, teve a possibilidade de reavaliar os conceitos apropriados pelos estudantes usando o campo “CC” (Conselho de Classe).

O mesmo campo de “CC” estará disponível no 4º Bimestre, porém, após o sistema ter processado a média anual. A partir desta, o Conselho de Classe poderá reavaliar o estudante, conforme orientado, atribuindo pontos no “CC” que serão somados à média anual.

Lembramos que os pontos atribuídos aos estudantes no “CC” devem constar em ata, bem como os critérios de avaliação utilizados. Nesta, deve

estar registrada, também, a justificativa dos casos de reprovação do estudante. Além disso, assim como as demais atas, deverá ser digitalizada e postada no sistema pelo AE (Assistente de Educação) de cada escola.

4. PARTICIPANTES DA REUNIÃO TÉCNICA REALIZADA NOS DIAS 17 E 18 DE OUTUBRO:

Segue lista das escolas e respectivas GERED's e Coordenadoria que tiveram professores como representantes:

EEB São José – São Joaquim

EEF Emir Ropelato – Timbó

EEB Padre Lux – Brusque

EEB Albericio Azevedo – São Miguel do Oeste

EEB Regente Feijó – Ibirama

EEB São Ludgero – Braço do Norte

EEB Paulo Schieffler – Caçador

EEB Dep. Nelson Pedrini – Joaçaba

EEM Elfrida Cristino da Silva – Itajaí

EEB Deodoro – Concórdia

EEB D. Pedro II – Palmitos

EEB Paulo Zimmermann – Rio do Sul

EEB Santa Teresinha – Curitibanos

EEB Fazenda Triângulo – Quilombo

EEB Irmã Maria Felícitas – Canoinhas

EEF Porto Novo – Itapiranga

EEB Prof^a. Maria Garcia Pessi – Araranguá

EEB São Pedro – Jaraguá do Sul

EEB Marcos Konder – Blumenau

EEB Santo Anjo da Guarda – Tubarão

EEB Olga Fin Travi – Chapecó

EEB Virgínia – Campos Novos

EEB Gov. Pedro Ivo Figueiredo de Campos – Grande Florianópolis

EEF Mont Alverne – Ituporanga

EEB Belisário Ramos / EEB Cora Batalha da Silveira – Lages

EEF Osni M. Régis / EEB Cedrense – Dionísio Cerqueira

EEB Presidente Médici – Joinville
EEB Gracinda Augusta Machado – Laguna
EEB Guilherme André Dalri – Taió
EEB Profª. Adelina Régis – Videira
EEB Raimundo Corrêa – Seara
EEB Gomes Carneiro – Xanxerê
Instituto Estadual de Educação
EEB Emílio Garrastazu Médici– São Lourenço do Oeste
EEB Princesa Isabel – Criciúma
EEB La Salle – Maravilha
EEM Manuel da Nóbrega - São Bento do Sul

Segue lista das escolas e respectivas GERED's e Coordenadoria que tiveram diretores como representantes:

Instituto Estadual de Educação
EEB Custódio de Campos – Xanxerê
EEB Seara – Seara
EEB Esther Crema Marmentini – Videira
EEB Adele Heidrich – Taió
EEB Visconde do Rio Branco – Laguna
EEF Reinaldo Stein – Dionísio Cerqueira
EEB Belisário Ramos – Lages
EEB Aleixo Delagiustina – Itaporanga
EEB Cel. Antônio Lehmkuhl – Grande Florianópolis
EEB Heriberto Hulse – Campos Novos
EEB Profª. Lourdes Angela Sarturi Lago – Chapecó
EEB Martinho Alves dos Santos – Tubarão
EEB Prof. José Duarte Magalhães – Jaraguá do Sul
EEB Profª Maria Garcia Pessi – Araranguá
EEF Porto Novo – Itapiranga
EEB Colombo Machado Salles – Canoinhas
EEB Fazenda Triângulo – Quilombo
EEB Santa Teresinha – Curitiba
EEB Exp. Mário Nardelli – Rio do Sul
EEF Sede Oldenburg – Palmitos

EEB Dois Irmãos – Concórdia
EEB Pedro Paulo Philippi – Itajaí
EEB Belisário Pena – Joaçaba
EEB Calmon – Caçador
EEB São Ludgero – Braço do Norte
EEB Cecília Ax – Ibirama
EEB Sara A. Kleinkauf – São Miguel do Oeste
EEB Profª. Minervina Laus – Brusque
EEF Clara Donner – Timbó
EEB Valmir Omarques Nunes – São Joaquim
EEB Maria Madalena de Moura Ferro – São Lourenço do Oeste
EEB Padre Miguel Giacca – Criciúma
EEB Rodrigues Alves – Maravilha
EEM Manuel da Nóbrega - São Bento do Sul
EEB Marli Maria de Souza - Joinville

Participaram também os Supervisores de Gestão da Rede das GERED's e

Coordenadoria de:

- 1ª - São Miguel do Oeste
- 2ª - Maravilha
- 3ª - São Lourenço do Oeste
- 4ª - Chapecó
- 5ª - Xanxerê
- 6ª - Concórdia
- 7ª - Joaçaba
- 8ª - Campos Novos
- 9ª - Videira
- 10ª - Caçador
- 11ª - Curitibanos
- 12ª - Rio do Sul
- 13ª - Ituporanga
- 14ª - Ibirama
- 15ª - Blumenau
- 16ª - Brusque
- 17ª - Itajaí

18ª - Laguna
19ª - Tubarão
20ª - Criciúma
21ª - Araranguá
22ª - Joinville
23ª - Jaraguá do Sul
24ª - São Bento do Sul
25ª - Canoinhas
26ª - Lages
27ª - São Joaquim
28ª - Palmitos
29ª - Dionísio Cerqueira
30ª - Itapiranga
31ª - Quilombo
32ª - Seara
33ª - Taió
34ª - Timbó
35ª - Braço do Norte
Coordenadoria da Grande Florianópolis –
Instituto Estadual Ensino IEE

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

DALBEN, I.L de Freitas. **Conselho de Classe e avaliação**: perspectivas na gestão pedagógica na escola. Campinas, SP. Papirus. 2004.

LIBÂNEO, José C. **Organização e Gestão da escola**. Teoria e Prática. Sed. Revista e ampliada. Goiânia. Ed. Alternativa, 2004.

LUCKESI, Cipriani C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SANTA CATARINA. **Resolução CEE nº 183** de 19 de novembro de 2013. Florianópolis, 2013.

____. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: formação integral na educação básica. Estado de Santa Catarina Florianópolis, 2014.

____. **Portaria SED nº 189**, de 09 de fevereiro de 2017. Florianópolis, 2017.

____. **Ofício Circular nº 23/2017**, de 09 de fevereiro de 2017. Florianópolis, 2017